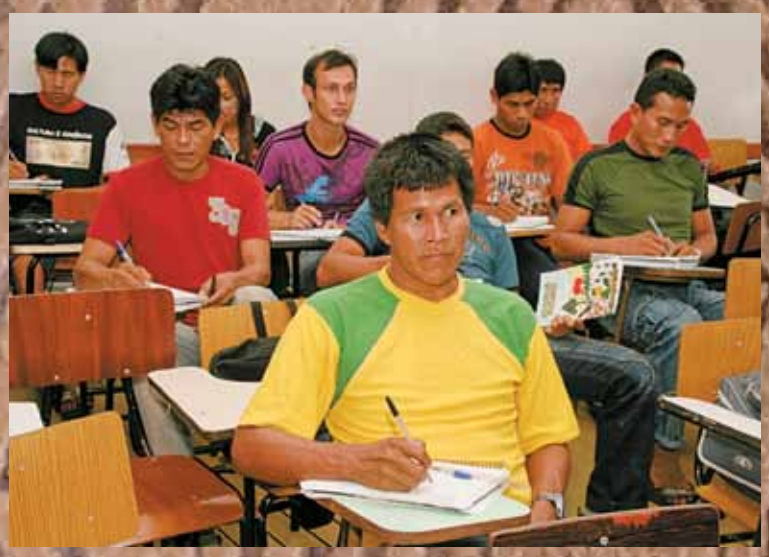
Jornal UFG

Impresso Especial
9912229887-DR/GO
UFG
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – ANO VII – Nº 51 – ABRIL 2012

UM MARCO HISTÓRICO

Foto: Vinícius Batista



Fotos: Carlos Siqueira

Foto: Júlia Mariano

A Universidade Federal de Goiás festeja a colação de grau da primeira turma de Licenciatura Intercultural Indígena. Para os índios, uma oportunidade inédita, materializada no diploma do curso superior. Para a comunidade acadêmica, uma chance ímpar de aprender e reaprender com e sobre os índios. Comunidade acadêmica e familiares testemunham essa conquista dos 50 professores indígenas, pertencentes a diferentes povos de Goiás, Tocantins e Maranhão. **p. 4 e 5**

Atual dinâmica das relações sociais traz desafios para a pesquisa, como maior percepção das flexibilidades e o desenvolvimento do "nano-olhar". O sociólogo José Vicente Tavares dos Santos fala sobre o assunto. **p. 3**

Mobilizações da sociedade e estudos da academia denunciam o descaso das diferentes esferas governamentais para com a educação e, ao mesmo tempo, buscam a valorização da atividade docente. **p. 7**

Prática sustentável na composição da argamassa, com o aproveitamento da celulose de sacos de cimento e cal descartados, rende prêmio para equipe da Escola de Engenharia Civil. **p. 8 e 9**

EDITORIAL

Interação e inclusão

Algumas realizações da UFG em 2012 ficarão na sua história. Um desses marcos é a colação de grau da primeira turma de Licenciatura Intercultural Indígena, realizada no início de abril. O curso é voltado para a formação de professores indígenas com o objetivo de reforçar a sua cultura. Hoje, em diversas aldeias de Goiás, do Tocantins e do Maranhão, a comunidade conta com um dos 50 professores graduados para integrar e desenvolver suas atividades educacionais e pedagógicas.

A criação do curso, no início de 2007, foi possível graças à parceria da UFG com a Fundação Nacional do Índio (Funai), as Secretarias de Educação dos Estados de Goiás e do Tocantins e o Centro de Estudos Indígenas (CPI). Na universidade, entre as unidades acadêmicas envolvidas diretamente estão as Faculdades de Letras, de Ciências Sociais e de História.

Há quem possa questionar a oferta de ensino superior para indígenas, indagando se essa ação não estaria impregnada do risco de acelerar o processo de aculturação. Ocorre que, em face da presente realidade indígena, fruto de toda a intervenção histórica de outras culturas, muitos desses povos estão decididos a interagir e querem aprender mais acerca da sociedade contemporânea, até mesmo para defender seus direitos, tradições e interesses. Portanto, a oferta de ensino qualificado poderá contribuir para a criação de escolas autônomas, geridas pelas próprias aldeias, e para melhorar da qualidade de vida das populações.

Apesar de estarem presentes em diversas instâncias sociais, os povos indígenas permanecem na invisibilidade. Esse curso representa a inclusão significativa de dada parcela da sociedade que historicamente esteve à margem do processo pedagógico e educacional de caráter formal. Para a academia, significa mais um espaço de diálogo com esses povos, o que também favorece o ensino, a pesquisa e a extensão. Tudo depende da forma como é feito. E é nesse aspecto fundamental que residem os ganhos tanto para indígenas quanto para a academia.

Uma turma especial de licenciatura, formada por representantes de diferentes povos indígenas, exigiu um esforço meticuloso dos envolvidos, fomentando o desenvolvimento de metodologias específicas, a fim de garantir a interculturalidade, traduzida na diversidade cultural e linguística, e o princípio do respeito incondicional à diferença e ao direito de autodeterminação. Em vez de colonização do saber, o curso proporciona a produção do conhecimento mediante a valorização do diálogo no processo de aprendizagem, em que todos os envolvidos, estudantes indígenas, de vivências culturais diversas, e professores, aprendem com a interação, de forma produtiva, sem estigmas ou preconceitos.

Outro aspecto interessante foi a realização do curso em dois tipos de ambiente, na universidade e nas aldeias. Em vez de disciplinas pré-estabelecidas, temas contextualizados, elaborados também nas línguas indígenas, tendo a multidisciplinaridade como elemento norteador desses aspectos.

Graças ao apoio e empenho de todos os envolvidos, a Licenciatura Intercultural tornou-se um projeto perene e, atualmente, encontram-se em andamento outras cinco turmas.

Silvânia de Cássia Lima é editora do Jornal UFG

CÂMPUS EM FOCO

Camponesas vêm à universidade

Foto: Carlos Siqueira

Mulheres do MST acompanhadas de crianças ocuparam o saguão da Reitoria

Foto: Mário Braz

Lideranças do movimento foram recebidas pelo vice-reitor Eriberto Bevilaqua, pró-reitor de Administração e Finanças Orlando Amaral e o deputado estadual Mauro Rubem

No dia 7 de março, por ocasião da Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas 2012, realizada na forma de manifestações em todo o Brasil, centenas de agricultoras, oriundas de acampamentos e assentamentos de diversos municípios goianos, estiveram no prédio da Reitoria, no Câmpus Samambaia, para uma audiência com membros da Reitoria. O motivo da ocupação temporária do prédio da Reitoria foi a tentativa de garantir que turmas especiais de cursos como Pedagogia e Direito, voltadas aos beneficiários da reforma agrária, continuem a ser oferecidas pela universidade. A primeira turma especial de Pedagogia, denominada informalmente de Pedagogia da Terra, graduou-se em 2011. Já a turma especial de Direito, no Câmpus Cidade de Goiás, tem formatura prevista para 2012.

Manifestação pelo Dia do Bibliotecário

No dia 12 de março estudantes e professores do curso de Biblioteconomia da UFG participaram de manifestação pelo Dia do Bibliotecário e em apoio à Biblioteca Braille. A concentração formou-se na Praça Cívica, com a finalidade de chamar a atenção para a necessidade de livre acesso à informação garantido pela Constituição a todos os cidadãos. A principal reivindicação do dia foi a reabertura da Biblioteca Braille de Goiás, que foi fechada depois que um temporal destruiu parte da infraestrutura em outubro de 2011. De acordo com a professora Eliany Alvarenga de Araújo, os estudantes são constantemente estimulados a participar de ações políticas em defesa dos espaços públicos. "Percebemos que diante de situações problemáticas como o descaso para com as bibliotecas públicas escolares e a do Centro Cultural Oscar Niemeyer, a academia, em parceria com a Associação de Bibliotecários do Estado de Goiás, deve sempre se manifestar", concluiu.

Divulgação

Estudantes do curso de Biblioteconomia da UFG participaram da manifestação na Praça Cívica

Jornal UFG

Publicação da Assessoria de Comunicação
Universidade Federal de Goiás
ANO VII – Nº 51 – ABRIL 2012

ASCOM – Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
C.P.: 131 – CEP 74001-970 – Goiânia – GO
Tel.: (62) 3521-1310 /3521-1311 – Fax: (62) 3521-1169
www.ufg.br – imprensa@reitoria.ufg.br – www.ascom.ufg.br

Universidade – Reitor: Edward Madureira Brasil; **Vice-reitor:** Eriberto Francisco Bevilaqua Marin; **Pró-reitora de Graduação:** Sandramara Matias Chaves; **Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Divina das Dores de Paula Cardoso; **Pró-reitor de Extensão e Cultura:** Anselmo Pessoa Neto; **Pró-reitor de Administração e Finanças:** Orlando Afonso Valle do Amaral; **Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos:** Jeblin Antônio Abraão; **Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária:** Ernando Melo Filizzola.

Jornal UFG – Coordenadora de Imprensa e editora-geral: Silvana Coleta Santos Pereira; **Editora:** Silvânia de Cássia Lima; **Editora-assistente:** Michele Ferreira Martins; **Conselho editorial:** Angelita Pereira, Goiamérico Felício Santos, Ivan Torres Nicolau de Campos, Maria das Graças Monteiro Castro, Silvana Coleta, Venerando Ribeiro de Campos, Célia Sebastiana Silva; **Suplentes:** Valéria Maria Soledade de Almeida, Suely Henrique de Aquino Gomes; **Revisão:** Ana Paula Ribeiro Lopes e Maria José Soares; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Cleomar Nogueira e Reuben Lago; **Fotografia:** Carlos Siqueira; **Reportagem:** Patrícia da Veiga Borges, Kharen Stecca e Michele Martins; **Colaborador:** Fábio Gaio; **Estagiários:** Anamaria Machado, Jaqueline Telis, Marcela Borges, Marina Celestino (jornalismo); Tiago Gebrim (fotografia); **Bolsistas:** Pollyanna Lima e Nádilla Cardoso; **Secretário administrativo:** Leonardo Rezio; **Impressão:** Centro Editorial e Gráfico (Cegraf) da UFG.

José Vicente Tavares dos Santos

Que os olhos se abram para o mundo

Patrícia da Veiga

Um mundo em transformação exige a busca de novas formas de enxergá-lo e interpretá-lo. Essa foi a premissa do professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) José Vicente Tavares dos Santos para fazer um panorama geral dos estudos nas Ciências Sociais. Ele esteve na UFG em março, ministrando palestra para os pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS). Para o professor, os difusos fluxos de informação e de pessoas que circulam no território global geram novos problemas e novas questões que, por sua vez, alteram a teoria sociológica. Esta, na opinião de José Vicente, faz-se mundial e, ao mesmo tempo, permite microanálises. José Vicente é doutor pela Universidade de Paris 10 e membro do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Uma de suas linhas de pesquisa é a sociologia da América-Latina, o que motivou o título de sua palestra: "Sociologia na América Latina – crítica, mundialização e novas utopias". Ao final de seu pronunciamento, ele conversou com a reportagem do **Jornal UFG**.

Em sua palestra, o sr. comentou que as Ciências Sociais vivem uma etapa de "mundialização". Qual é o sentido desse processo?

Com o advento das novas tecnologias, que permitiu circular um fluxo de informação em escala global, o objeto das Ciências Sociais sofre transformações, deixando de ser apenas a sociedade nacional, no âmbito dos Estados-Nação, e passando a ter um alcance transnacional. Os fenômenos passam a ser mundiais. A migração humana é um exemplo. O turismo e a formação de redes também marcam um mundo em transição, em que os fluxos são mais intensos. As próprias redes sociais da internet produziram novos processos que são muito mais fluidos, com mais informação difusa e, portanto, mais indeterminados do que os fenômenos anteriores. As Ciências Sociais sempre foram marcadas pelo determinismo, pelo território (nacional, Estado ou local), por grupos, por instituições (sindicato, partidos, escola). Estamos diante de um contexto contrário, de desinstitucionalização. Há crise na família, na escola, no mundo do trabalho, na representação. Esse processo exige novas teorias e novas metodologias de pesquisa. Por exemplo, usando o Google Docs, conseguimos atingir um número de pessoas que antes seria impossível para a realização de entrevistas fechadas. Com as distâncias encurtadas, conseguimos ainda nos deslocar com mais facilidade, fazendo trabalho de campo até mesmo em outros países. As redes sociais também ajudam a compartilhar várias oportunidades de congresso, de troca de informação, de reuniões, de grupos de pesquisadores. Isso dá ao pesquisador um novo mundo a ser observado, sob novas condições. Fora da academia, os atores sociais também se multiplicam. O Fórum Social Mundial representa bem isso: é um *locus* que reúne diversos movimentos, discursos e reivindicações em apenas quatro ou cinco dias. O mundo se desloca para se encontrar em um só lugar. Esses múltiplos fluxos de ideias, pessoas, comportamentos e informações exigem mudança dos nossos conceitos, para evitar paradigmas como o determinismo, a quantificação, a ideia de progresso ou a ideia de evolução. Como forjar novas pesquisas que sejam capazes de perceber as flexibilidades? Como falar da sociedade sem repetir alguns preconceitos?

O sr. disse que há uma "nova morfologia social" provocada por novas "conflitualidades". Quais seriam essas "conflitualidades" que geram as questões sociais e despertam o olhar do pesquisador?

Primeiramente, cito as conflitualidades da educação e do mundo do trabalho. Nos países que estão em crise econômica, a educação não basta mais para garantir espaço no mercado de trabalho. No Brasil, temos um problema de acesso: 20% dos jovens de 18 anos não estão na escola e nem no mercado formal. Os temas de gênero, os direitos das mulheres, os debates sobre a sexualidade, a questão ecológica, da dependência da matriz energética do petróleo, também são conflitualidades a serem estudadas. Há ainda o problema da segurança humana, uma questão mundial, o crime organizado, que é transnacional, o narcotráfico, o tráfico de pessoas e de órgãos, que são novas modalidades no campo da criminalidade.

Existem conflitos considerados superados?

O conflito capital *versus* trabalho, no fim dos anos 80, foi considerado superado. No entanto, as crises econômicas que eclodiram de 2007 para cá mostraram que, se isso ocorreu, foi em caráter superficial. A palavra conflitualidade é justamente para expressar a condensação de várias dimensões conflitivas que muitas vezes são cristalizadas no mesmo agente ou grupo social. Por isso, o conceito de complexidade. E para dar conta da complexidade temos de adotar uma nova postura. Poderíamos assumir a mundialização, a transdisciplinaridade e incorporar um debate com as novas ciências. Por exemplo, a biologia molecular e a nanotecnologia são fundamentais para se entender os microssaberes. Estamos acostumados aos fenômenos de dimensão macro, mas podemos adotar um "nano-olhar" direcionado para os fenômenos sociais.

O sr. defende uma aproximação acadêmica entre Brasil e China. Por quê? Pela conjuntura econômica?

Há outro mundo que não conhecemos. Por que não estudamos a sociologia da Índia? O que nós conhecemos da África? O contato mais aproximado que tivemos com muitos países da África de língua portuguesa foi em razão de uma cooperação bilateral, para trazer estudantes para cursar faculdade no Brasil. Muitos deles voltaram e são hoje a elite política e cultural de seus países. Essa experiência foi virtuosa. Agora temos de fazer o inverso. Mandar nossos estudantes para a Ásia, a África e a Europa Oriental. A China é tão fundamental como todos os outros países desses continentes que conhecemos pouco. É inegável o crescimento universitário daquele país. É preciso também entender sua cultura, tão diferente. Mas a China foi apenas um exemplo extremo para dizer que é preciso fortalecer as relações institucionais. Cito o exemplo da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), cuja metade de seu corpo docente e discente é composta por brasileiros e a outra metade por uruguaios, paraguaios e argentinos.

O contexto de "mundialização" é o que permite a atitude crítica em relação ao colonialismo na construção do pensamento?

Na verdade, o colonialismo foi o momento anterior de um processo em que alguns polos de poder no mundo dominavam outros. Quando se fala em países emergentes, concebe-se um deslocamento desse poder, no plano econômico e político, imagina-se que novos atores mundiais estão se destacando. No caso da construção do saber, há atualmente uma multipolaridade. A universidade brasileira é tão importante quanto qualquer universidade da América Latina e comparável com as melhores universidades do mundo. É uma realidade que rompeu os mecanismos de dominação colonial no plano do conhecimento. É preciso participar das redes mundiais com a nossa contribuição original e criativa. A atitude contrária ao colonialismo não é nacionalista. É, na realidade, uma internacionalização do conhecimento. É o propósito de participar como produtores e não somente como receptores de saber.

Reportando-nos ao título da sua palestra, que utopias são essas, transformadas em teoria social?

Na história, as utopias receberam vários nomes: feminismo, movimento operário, comunismo. Mas elas se dissolveram e não temos mais a utopia no singular, como houve no passado. Temos hoje práticas utópicas, que mudam de lugar conforme os costumes e os valores estabelecidos. E esse deslocamento leva-nos a almejar as práticas emancipadoras, que podem não ter um nome, não ter uma definição. Talvez nunca mais haja um nome específico para a utopia, mas a necessidade de se identificar as práticas utópicas, com certeza, será mantida.

Mário Braz

Formatura representa marco histórico na relação com comunidades indígenas

Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, oferecido pela universidade, propicia a professores indígenas e da instituição a oportunidade de desenvolver conhecimento intercultural e de promover a inclusão

Marcela Borges

Colou grau no último dia 2 de abril a primeira turma de Licenciatura Intercultural Indígena, curso que faz parte do conjunto de ações afirmativas da UFG e está voltado para a formação de professores indígenas. Os 50 professores diplomados concluíram, no início do ano, todo o programa do curso de cinco anos e estão aptos a dar o próximo passo.

Fotos: Carlos Siqueira

A outorga de grau pelo reitor Edward Madureira Brasil é um dos momentos solenes da cerimônia de formatura, pela primeira vez concedida a um grupo de indígenas

Essa formatura simboliza uma conquista. A singularidade de seu sentido extrapola a dimensão convencional, comum às inúmeras formaturas que se repetem todos os anos na universidade, e, estendendo-se para além dos estudantes, envolve os docentes responsáveis pelo curso, a própria universidade, os familiares dos formandos e as comunidades a que eles pertencem. "A UFG começa a mudar a sua história, ao receber em sua casa, de forma sistemática, diferentes segmentos da sociedade brasileira – negros, portadores de necessidades especiais, pessoas de baixa renda e, agora, os povos indígenas", afirmou a professora Maria do Socorro Pimentel sobre o papel da instituição no âmbito das iniciativas sociais.

Importância – Umas das constantes preocupações da UFG é a democratização do ensino superior. "Criar cursos que permitam o acesso a esta universidade pública daqueles segmentos da sociedade que historicamente tiveram poucas chances de fazê-lo é muito significativo", afirmou Sandramara Matias, pró-reitora de Graduação (Prograd).

A pró-reitora lembrou ainda que o benefício é mútuo. "Tanto ganham os alunos, com a formação acadêmica, quanto a UFG, porque eles trazem para o espaço universitário suas vivências, culturas e visões de mundo diferenciadas, o que colabora para uma troca de experiências muito rica." O discurso de formatura do estudante Gilson Tapirapé reflete a importância dessa experiência: "Uma grande contribuição do curso para nós foi nos fazer entender o que é ser professor indígena e que precisamos lutar pelas vidas de nossas línguas e culturas, porque muitas estão correndo o risco de desaparecer. Se isso acontecer, o Brasil perderá muitas ciências e filosofias, porque é isso que faz o país ser multicultural e multilíngue", proferiu.

A Licenciatura Intercultural Indígena projeta nacional e internacionalmente a UFG. Há no país pelo menos mais quatro universidades públicas envolvidas com a formação superior indígena – Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Todas seguem um modelo parecido com o aplicado na UFG. Segundo o professor Leandro Rocha, da Faculdade de História e vice-coordenador do curso, a Licenciatura Intercultural Indígena da UFG é considerada um modelo de excelência. "Nós temos propostas mais avançadas em termos de política pedagógica. Nós temos esse paradoxo, que rompe com os paradigmas ocidentais", explicou. No âmbito internacional, conforme o professor, uma experiência dessa natureza tem sua importância reconhecida. "A comunidade acadêmica europeia está bastante interessada em discutir a interculturalidade, tendo em vista que, atualmente, a Europa vivencia uma expansão multicultural intensa e procura novas formas de repensar o multiculturalismo", esclareceu ele.

Para as comunidades indígenas o curso de Licenciatura Intercultural Indígena é uma superação. "Até há pouco tempo, elas mal tinham acesso à educação básica, no máximo sonhavam saber ler e escrever. Em uma das aldeias, onde aconteceu a defesa do trabalho de conclusão de curso de alguns alunos, os velhos permitiram que os estudantes usassem o cocar, que apenas os velhos e sábios podem usar. Eles têm consciência de que o ensino superior significa status, falar de igual para igual com as autoridades", comentou o vice-coordernador.

O projeto desse curso só pode concretizar-se com a parceria firmada entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Tocantins (UFT), as Secretarias de Educação de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Centro de Estudo Indigenista (CTI) e o Ministério da Educação (MEC), além do apoio de algumas organizações não governamentais (ONGs). Mas o curso não existiria sem a iniciativa das próprias comunidades indígenas de solicitar à universidade sua criação. Condições como o volume de pesquisas antropológicas, linguísticas e históricas acerca dos povos indígenas já realizadas e em curso na UFG, bem como o interesse dos professores das Faculdades de Letras e de História (FH) e, posteriormente, de outras unidades, foram também decisivas na existência do curso.

A coordenadora do curso, Maria do Socorro Pimentel, destacou o significado histórico da cerimônia

Inclusão pelo ensino – A Licenciatura Intercultural Indígena foi concebida como um projeto de inclusão social e não de integração. Move toda a equipe envolvida com o curso a intenção de abrir espaço para o diálogo com as comunidades indígenas, respeitando suas realidades linguísticas e culturais. "Na sala de aula, os estudantes indígenas podem usar suas línguas maternas, nas modalidades oral e escrita, podem adotar um jeito próprio de aprender e de ensinar, ou seja, alguns estudam cantando suas músicas tradicionais, outros produzem textos corridos desenhando, outros gostam de cantar e dançar no fim das aulas", comentou Maria do Socorro Pimentel, ressaltando como pontos primordiais do curso o princípio pedagógico das aulas, a interculturalidade e a transdisciplinaridade.

Para os estudantes indígenas, o caráter intercultural é essencial. "Nós aprendemos durante o curso uma visão de mundo diferente da nossa. É importante eu conhecer a cultura não indígena e os outros conhecerem a minha cultura", comentou o estudante Sinvaldo Oliveira Karajá. "Trabalhar com outras etnias aprimora o conhecimento, porque nós concluímos o curso conhecendo tanto o não indígena quanto a cultura das outras etnias e ensinaremos para as crianças todos esses lados", explicou o estudante Davi Xerente.

Desafios – Apesar de todos os pontos positivos, participar do curso implicou enfrentar alguns desafios. Por exemplo, para Kaxapao Vanete Tapirapé, um mês longe da família assistindo aulas na UFG, em Goiânia, era bem difícil. Mas nada que não haja podido superar, com o apoio dos pais.

Na sala de aula, professores e alunos tiveram de aprender a lidar com as diferenças e a enfrentar o desafio da convivência intercultural, de exercitar a lição de tornarem-se parceiros para propor a reivindicação sobre os limites e as possibilidades de um diálogo intercultural no campo da ciência. Além dessa dimensão de dificuldades, há as decorrentes da extensão geográfica. O curso recebeu alunos de aldeias de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão e é dividido: uma parte presencial e outra parte nas aldeias. Assim, duas vezes ao ano os alunos têm de deslocar-se até Goiânia, para as aulas na UFG, e duas vezes os docentes do curso têm de ir `as aldeias acompanhar o desenvolvimento dos projetos político-pedagógicos nas escolas em que os professores indígenas lecionam. Isso, às vezes, implica viajar vários dias, de canoa, ônibus e automóvel. Para os professores que atuam na Licenciatura Intercultural Indígena, tirar férias nem sempre é fácil, em razão do regime letivo diferenciado do curso.

Entretanto, professores e alunos não foram os únicos a transpor desafios. A própria universidade necessitou de dois anos de reuniões, encontros, seminários, até a proposta sair do papel. Sandramara Matias apontou como uma das maiores dificuldades para a concretização do projeto, a articulação de todas as entidades envolvidas.

O formando Gilson Tapirapé proferiu discurso sobre a importância do curso para a comunidade indígena

Futuro – Segundo o professor Leandro, a população indígena tem uma das mais altas taxas de natalidade no país e, por isso, a tendência é que o número de escolas indígenas amplie-se rapidamente, mas explica que não há professores com formação específica para trabalhar na perspectiva da interculturalidade. Ainda hoje, a maioria das escolas indígenas funciona com professores não-índios, com conteúdos típicos das escolas convencionais, sem um material adaptado para a realidade indígena e sem considerar sua cultura ou sua língua materna.

"A dificuldade do índio para aprender português é a mesma que tem um brasileiro nos Estados Unidos. Mesmo aprendendo o inglês, o estudante não vai ler ou escrever como um americano", esclareceu o vice-coordenador. "Enquanto houver uma escola indígena diferenciada, nós vamos precisar de instituições com perspectiva intercultural para formar professores especialistas nesse tipo de educação", completou. Prova disso é que desde 2007, quando se constituiu a primeira turma, a cada ano iniciou-se uma nova. Hoje são cinco turmas.

Seguindo esse pensamento, a Licenciatura Intercultural Indígena da UFG tem razões para prosperar. Os alunos recém-formados já estão requisitando uma pós-graduação. A coordenação do curso já tem planos de criar, por enquanto, especializações. Em breve, também será inaugurado, no Câmpus Samambaia, o Centro **Tainahakÿ** (estrela d'alva, em Karajá), financiado pelo MEC, que sediará laboratórios, salas de aula e biblioteca especializada (com material produzido pelos professores e os estudantes do curso) para os alunos do curso. Outro objetivo é que o centro seja um espaço de intercâmbio com outros centros semelhantes de diversos países, como Colômbia e Venezuela.

A Licenciatura Intercultural Indígena não é a única ação afirmativa da UFG. Na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino superior, a universidade mantém, ainda, a turma especial de Direito e o curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra, voltado para beneficiários da reforma agrária e agricultura familiar.

Os formandos fazem parte de aldeias indígenas de Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins

Licenciatura Intercultural Indígena

Foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni) como curso permanente desde 2007 e é o primeiro curso superior indígena do estado de Goiás e Tocantins.

Proposta: Formar profissionais indígenas, que irão lecionar em suas aldeias, contribuindo para a escolarização de sua comunidade. Essa formação representa um incentivo à criação de escolas autônomas e geridas nas próprias aldeias.

Processo seletivo: Idêntico ao dos demais cursos, diferenciando-se do vestibular convencional apenas por permitir ao candidato responder a prova em sua língua materna e por ter conteúdos relacionados com a interculturalidade. Também é exigida a apresentação de documentos específicos, como o comprovante da relação do candidato com a prática docente nas aldeias. Os alunos aprendem conteúdos específicos, tanto indígenas quanto não indígenas.

Curso: Nos dois primeiros anos o curso oferece uma matriz curricular básica. A partir do terceiro ano os alunos começam a estudar matérias específicas voltadas para as áreas de formação que o curso possibilita: Ciências da Linguagem, Ciências da Natureza ou Ciências da Cultura.

Trabalho de conclusão de curso (TCC): O aluno deve desenvolver um projeto voltado para a sua comunidade, seguindo a perspectiva de sustentabilidade cultural, e apresentá-lo para a aldeia.

Povos participantes: Apinajé, Canela, Gavião, Guajajara, Javaé, Karajá, Krahô, Krikati, Tapirapé, Tapuio e Xerente.

Duração: 5 anos

A tarefa da escola é ensinar a pensar

Melhorar o ensino, especialmente de Ciência e Matemática, é o desafio maior de professores e estudantes da educação básica

Jaqueline Telis

Para muitos jovens, aprender ciência pode ser um trabalho árduo. Há quem se identifique com os conteúdos e demonstre sede de conhecimento científico, tal o anseio por explorar esse universo. No entanto, muitos estudantes da educação básica têm dificuldades para compreender a linguagem cientifica e apropriar-se dela. "Ciência é algo tão abstrato, tão longe da realidade de alguns alunos, que eles não percebem a necessidade desse aprendizado e, assim, não se interessam pelas aulas. Temos de usar uma estratégia de sedução para ensinar química, por exemplo", conta Amanda Tavares, aluna do mestrado em Química da UFG, e há sete anos atuando no ensino nessa área.

"A química, como a matemática, a física e qualquer outra ciência, tem uma linguagem própria. Ela tem uma dificuldade que é inerente ao seu objeto de estudo, à natureza de sua concepção", declara a professora Agustina Rosa Echeverría, do Instituto de Química (IQ). Por isso, na escola, ao estudar Química como disciplina o aluno, muitas vezes, necessita despender um esforço maior para desenvolver o raciocínio abstrato. Muitas vezes, no entanto, ele sequer chega a perceber a aplicação daquilo que estuda em sala de aula. "Não é como aprendemos no cotidiano. Para entender ciência temos de aprender a sua linguagem, uma outra forma de ver o mundo", afirma a professora.

Carlos Siqueira

Professor Rmi Langevin fez diversas demonstrações práticas das leis da física, uma forma simples de relacionar o estudo à vivência cotidiana

O problema da Química repete-se em outras disciplinas, sobretudo da área de ciências exatas. Muitos alunos em idade escolar demonstram dificuldade para lidar com Matemática, por exemplo. Há quem diga que o desempenho na disciplina depende de ser ter ou não vocação para os números. Mas o problema não se resume a isso. Segundo o professor Ronaldo Alves Garcia, do Instituto de Matemática e Estatística (IME), todo mundo pode ser bem sucedido nessa disciplina. "Acredito que toda pessoa é capaz de aprender Matemática, a não ser que tenha uma deficiência neurológica. No entanto, o grande desafio para o ensino de disciplinas exatas é a capacidade da escola de se organizar e tirar um pouco o rótulo de que Matemática é por decreto", salienta o professor.

Ensinar a pensar – Além das dificuldades dos alunos para aprender algumas matérias, há outros fatores que influenciam indiretamente o ensino e a aprendizagem na escola. A professora Agustina Echeverría cita, entre eles, a formação do professor, a valorização da carreira e as reivindicações salariais. Para ela os fatores são múltiplos. "Há ainda problemas nas condições da escola e nos próprios objetivos do ensino das ciências", alerta. Ronaldo Garcia compartilha a opinião de Agustina Echeverría acerca da carreira docente, pois, para ele, "enquanto o professor não tiver uma carreira estável e um salário competitivo, não haverá melhora na realidade do ensino, tanto de Matemática quanto de outras disciplinas".

Com base em sua experiência de anos no ensino de Matemática, Ronaldo Garcia considera que muitas vezes o método que funciona é estimular o aluno, depositando confiança nele e, assim, fortalecendo sua autoestima. Mas o esforço deve partir também do aluno, que, quando encontra dificuldade, precisa ter persistência, dedicação e concentração nos estudos, pois, de acordo com o professor, é preciso tempo para exercitar o raciocínio. Ele acredita ser o papel primordial da escola no aprendizado do estudante ensinar a pensar. "Se a escola ensinar isso, o aluno se sairá bem nos seus estudos. Eu não acredito que exista uma solução única para cada problema. Temos apenas diretrizes, parâmetros a serem seguidos", enfatiza o professor.

Nupec – O Núcleo de Pesquisa no Ensino de Ciência (Nupec), coordenado atualmente pela professora Agustina Echeverría, iniciou suas atividades em 2005 como uma tentativa de aproximar a universidade da escola. Amanda Tavares integra o Nupec, juntamente com professores do ensino básico, alunos de iniciação científica e da pós-graduação. "O Nupec existe para que aquele professor que está na escola, dando aula, tenha o apoio da universidade em sua prática pedagógica", explica a professora Agustina Echeverría.

Desde a sua criação o núcleo realizou diversas ações em escolas de Goiânia, como o projeto "O Ensino de Ciência para a Conservação dos Recursos Naturais e do Ambiente Construído", que envolveu os Colégios Estaduais Murilo Braga, Jornalista Contardo, Parque Amazonas e o Instituto Castelo Branco, além do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Durante dois anos foram realizados projetos alternativos de ensino, como drenagem urbana e compostagem, entre outros, relacionados com a educação ambiental.

Em 2006 foi aprovado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) um projeto por meio do qual o Nupec, com a Escola de Engenharia Civil da UFG, recebeu 500 mil reais. Com esse recurso iniciou-se a construção de um prédio em frente ao Centro de Aulas Baru, no Câmpus Samambaia, e que deve ficar pronto ainda em 2012. "Com ele teremos mais condições de trazer os professores da rede pública de Goiânia e do interior do estado para tentar, de alguma forma, contribuir para melhorar o ensino", declara Agustina Echeverría.

Aprendizado e experimentação com uma grande cientista

Michele Martins

Marie Curie foi a primeira mulher a alcançar reconhecimento no mundo da ciência. Ela foi pioneira em estudos dos elementos químicos Rádio e Polônio, que possibilitaram a compreensão da radioatividade. Seus estudos habilitaram-na a receber o prêmio Nobel em duas ocasiões, o de Física em 1903 e o de Química em 1911. A experiência de dar aulas para crianças certamente ajudou Marie Curie a desenvolver a noção de que "Um cientista em seu laboratório não é um mero técnico: é também uma criança que confronta os fenômenos naturais que o impressionam como faziam os contos de fada", costumava afirmar.

Divulgação

Marie Curie que traduziu gandes fenômenos a partir de experiências

Convidado pelo professor Ronaldo Garcia, o professor francês Rémi Langevin, da IBM Université de Bourgogne, esteve na UFG para ministrar a palestra "Como Marie Curie ensinava Física para crianças", dentro da programação do projeto de Extensão "De 15 em 15, Cultura e Ciência na Física", promovido pelo Instituto de Física (IF) da UFG. O título da palestra é o mesmo do livro editado por Rémi Langevin com base em cadernos antigos encontrados por ele. "Minha tia-avó, Isabelle Chavannes, foi quem teve aulas com a cientista. Os cadernos foram encontrados quando meu avô e eu fazíamos uma faxina na casa e, por pouco, eles não foram parar no incinerador do porão. Eram anotações muito práticas das aulas de Marie Curie. As experimentações ensinavam sobre noções de peso, de densidade, questões práticas como por que sai água das torneiras", explicou o professor. Professores e estudantes do IF e do Instituto de Matemática e Estatística (IME) acompanharam com entusiasmo a demonstração de experimentos feita pelo professor Rémi Langevin. Para ele é muito importante a experimentação e o estímulo do raciocínio das crianças. "Ela fez no século passado o que ainda hoje fazemos muito pouco. É importante para as crianças as etapas de tentativa e erro", concluiu.

Licenciaturas tornam-se vulneráveis em face de políticas do governo

Mobilizações da sociedade e estudos da academia denunciam o descaso das diferentes esferas governamentais para com a educação, ao mesmo tempo em que buscam a valorização da atividade docente

Carlos Siqueira

Em seminário promovido pela Secretaria Regional da SBPC os professores Raquel Teixeira e Isaac Roitnan debateram a realidade atual do sistema educaional brasileiro

Michele Martins

O ano letivo de 2012 mal havia começado na rede estadual de ensino em Goiás quando os professores mobilizaram-se em greve, em protesto contra o novo Plano de Cargos e Salários e a incorporação da gratificação por titularidade ao piso salarial, instituídos pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc). Impasses nas negociações entre o governo e a categoria fizeram a paralisação persistir por 50 dias. Somente em 27 de março os professores decidiram suspender a greve e retornar às salas de aula.

Reflexos dessa realidade da educação básica atingem diretamente a vida acadêmica, em razão dos cursos de licenciatura. O que motivou o posicionamento da universidade em relação ao assunto. Quatorze unidades acadêmicas, além dos Câmpus de Jataí e Goiás, publicaram moções de repúdio ao posicionamento do governo em relação à carreira e à greve dos professores. A direção da Faculdade de Educação Física (FEF) foi a primeira a posicionar-se, quando, no dia 8 de fevereiro divulgou na internet sua carta de repúdio. Em 24 de fevereiro o assunto entrou na pauta do Conselho Universitário (Consuni), que decidiu formar uma comissão para redigir dois documentos: um de apoio aos professores em greve, e outro que se expõem as razões pelas quais a greve e o impasse nas negociações entre o governo e a categoria são prejudiciais à universidade e no qual o reitor Edward Madureira Brasil coloca-se à disposição para intermediar as negociações.

Uma parcela dos professores em greve, mobilizada nas redes sociais, com o intuito de debater a situação, compareceu à reunião do Conselho Diretor da FEF em fevereiro. De acordo com a diretora da FEF, Anegleyce Teodoro Rodrigues, o apoio dos docetes da unidade foi unânime. Para ela, "o posicionamento da UFG é importantíssimo, porque a universidade tem compromisso com a educação pública".

No dia 9 de março a Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Goiás (SBPC-GO) promoveu, na UFG, o Seminário em Defesa da Educação, com a participação da ex-deputada federal e professora aposentada da UFG, Raquel Teixeira, e do coordenador do Grupo de Trabalho de Educação da SBPC, professor Isaac Roitman. O evento foi aberto com o depoimento dos professores da rede estadual, Luciane Cristina Pereira e Fernando Aparecido de Moraes, que destacaram a importância da qualificação dos professores, para que repassem os conhecimentos em sala de aula.

Raquel Teixeira lembrou que, com os planos de expansão da educação baseados na universalização do ensino básico, o Brasil destacou -se entre os países em desenvolvimento, mas que ainda temos de superar "um contexto de interesses diversos e de conflitos, além de termos de atender às demandas impostas pelas novas tecnologias, dos novos processos de aprendizagem". Isaac Roitman, por sua vez, destacou a falta de um ensino básico de qualidade e de políticas públicas para a primeira infância. Para ele, esses fatores definem as desigualdades econômicas em uma sociedade. "O ensino básico ideal deveria ser totalmente diferente do atual, não tanto em conhecimento, mas em postura", salientou.

Já o professor Romualdo Pessoa, do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), que acompanhou o seminário, questionou se não era a hora de discutir a federalização de todo o sistema de ensino do país, considerando os aspectos regionais: "Deveríamos discutir isso com profundidade e até fazermos experiências", propôs ele. Mas, de acordo com a professora Raquel Teixeira, o governo estadual já conta com a contrapartida federal em caso de escassez de recursos para suprir ou complementar gastos com educação. Porém, "o governo estadual não consegue comprovar que os 25% do orçamento destinados à educação são totalmente empregados na área", esclareceu a ex-deputada.

Implicações para os cursos – Anegleyce Teodoro Rodrigues, destacou que a medida do governo estadual de incorporar a qualificação por titularidade ao piso salarial vai contra a política do governo federal de incentivar a pós-graduação e a pesquisa. "Vivemos atualmente em um contexto de valorização da formação continuada e da pesquisa, principalmente com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e a ampliação do ensino a distância. Além da baixa procura pelos cursos de licenciatura, já registramos uma desistência de 50% dos estudantes no curso de especialização em Educação Física Escolar", alertou a diretora da FEF.

De acordo com dados da Pró-reitoria de Graduação da UFG, cerca de 600 vagas anuais não são preenchidas, mesmo com oito chamadas subsequentes nos processos seletivos. A desistência antes da conclusão do curso também tem preocupado gestores e professores. No período de 2006-2011, 3.534 alunos deixaram de diplomar-se em licenciatura na UFG, sendo 730 em Catalão, 22 em Goiás, 1943 em Goiânia, 827 em Jataí e 12 em Rialma. O coordenador de licenciaturas da Prograd, Francisco Luiz Demarchi, esclareceu que vários são os fatores responsáveis pela situação desfavorável das licenciaturas. Ele foi enfático ao dizer que o orçamento destinado à educação básica limita muito as condições de trabalho e o papel do professor como um agente de transformação social. "Não há respeito dos gestores para com os professores. E nem mesmo dos alunos em sala de aula".

A escolha pela licenciatura – O professor Nivaldo Antonio Nogueira David, da Faculdade de Educação Física, em sua tese de doutorado em Educação pela UFG, investigou o perfil dos jovens que ingressaram no curso de licenciatura em Educação Física. De acordo com ele, é comum que as pesquisas abordem os processos educacionais, deixando de lado os aspectos do sujeito real, da cultura, e da vida dos estudantes. "Com essas informações, poderemos avaliar a pedagogia aplicada durante a formação desses profissionais", informou.

Uma proposta semelhante foi conduzida no Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Sob a coordenação da professora Simone Sendin Guimarães, o grupo de pesquisa, denominado *Quem quer ser um professor?*, tem estudado a identidade dos estudantes de licenciatura em Ciências Biológicas. Conforme Simone Sendin, "um projeto como este do ICB faz muito sentido. Aqui são oferecidos também cursos de bacharelado (em Ciências Biológicas e em Biomedicina). A fase inicial dos estudos relacionou a desvalorização da profissão e a escassez de políticas públicas voltadas para a educação a fatores como falta de uma identidade docente. "Entrevistamos todos os alunos de licenciatura e descobrimos que, em 49% dos casos, sua primeira opção no vestibular não era por um curso de licenciatura".

Os pesquisadores ainda descobriram outra situação problemática entre os estudantes que escolheram a licenciatura como primeira opção: "Eles declararam que a escolha deu-se por vocação ou dom. Essa forma de ver desprofissionaliza a atividade e reforça o discurso do governo e da sociedade de que os professores têm de trabalhar por amor, não tendo o direito, portanto, de fazer greve", pontuou Simone Sendin. Para o professor Rones Paranhos, integrante do grupo de pesquisa "quando a escolha profissional vincula-se somente a um dom, a profissão vira sacerdócio, doação. Na verdade os professores são trabalhadores e têm de lutar pelos seus direitos como qualquer outra categoria. No curso, tentamos desconstruir essa ideia de vocação".

Acesse os documentos de apoio da UFG aos professores estaduais em: www.jornalufgonline.ufg.br

Pesquisa viabiliza solução simples para a reciclagem de resíduos da construção

Projeto vencedor do Prêmio Odebrecht 2011 foi desenvolvido sob orientação docente por estudantes da Escola de Engenharia Civil

Marina Celestino

A construção civil configura-se como um dos mais importantes indicadores do desenvolvimento econômico e social do país. Atualmente, há grande movimentação do setor, promovendo intenso giro de capital e alta geração de empregos. Entretanto, pesquisas recentes comprovam que os resíduos das atividades de construção e demolição (como entulhos de blocos cerâmicos, argamassas e concretos, latas de tinta, sacos de cimento e tábuas) são responsáveis, em média, por 50% a 70% do total de lixo gerado em grandes centros urbanos brasileiros. Os sacos de cimento e de cal, mesmo sendo considerados materiais recicláveis, têm o mesmo destino de outros resíduos: os aterros sanitários.

Incomodado com o volume de sacos de cimento e cal depositados em uma obra da construtora de sua família e com dificuldade para encontrar empresas que recolham esse material para reciclagem, o engenheiro Cláudio Cintra, aluno do curso de especialização em Gestão e Tecnologia de Produção de Edifícios, da Escola de Engenharia Civil (EEC) da UFG, teve uma ideia simples, mas revolucionária: reutilizar os sacos de papel do cimento e da cal como fibras para a fabricação de argamassa, a ser usada na própria construção.

Os testes preliminares realizados em obra foram bem sucedidos e geraram a monografia de especialização do engenheiro, sob orientação da professora Helena Carasek. Mas existia a necessidade de se aprofundar a pesquisa, realizando uma etapa de laboratório. Nesse momento, a professora convidou as estudantes de graduação Patrícia Eliza Floriano de Carvalho e Lorena Rezende dos Santos, para participarem da pesquisa no âmbito do trabalho de conclusão de curso (TCC). A ampla pesquisa laboratorial realizada revelou que as fibras de celulose oriundas da transformação dos sacos de cimento e cal podem ser incorporadas à argamassa, obtendo resultados iguais ou superiores aos das argamassas convencionais.

O trabalho mereceu o primeiro lugar do Prêmio Odebrecht para o Desenvolvimento Sustentável 2011, sendo, de acordo com a professora Helena Carasek, muito elogiado pelo comitê organizador por sua viabilidade, uma vez que os projetos concorrentes costumam estar apenas no campo das ideias ainda sem comprovações práticas. "A pesquisa não apenas soluciona um dos graves problemas ambientais gerados pela construção civil, como reduz o custo de produção das argamassas", afirmou a professora.

O Prêmio Odebrecht para o Desenvolvimento Sustentável é concedido pela empresa uma vez por ano, tendo como objetivo incentivar universitários a ver a engenharia em uma perspectiva sustentável. A cada edição, são premiados cinco projetos selecionados entre trabalhos enviados por estudantes e professores de todo o Brasil. O projeto da EEC foi contemplado com fundos para a continuação da pesquisa, no total de R$ 60 mil.

Divulgação

Reitor Edward Brasil, professora Helena Carasek e as alunas Patrícia Carvalho e Lorena Santos receberam o prêmio

A pesquisa

O processo de reutilização das embalagens de cimento e cal, de papel kraft, na obtenção de uma argamassa melhorada inicia-se com a imersão dos sacos em água para que amoleçam. Em seguida, a mistura é agitada em um misturador mecânico (para os testes, foi utilizado um misturador de tinta), levando à obtenção de uma pasta de fibra de celulose. Foram então realizados diversos testes de adição e substituição de material da argamassa comum pela fibra, até que fosse alcançado um desempenho satisfatório da argamassa resultante. A professora Helena Carasek lembra que nem todas as embalagens servem como fibra, pois são de outros tipos de papel.

Os testes foram realizados nos laboratórios da UFG e também no Laboratório Carlos Campos, referência na área de ensaios de controle tecnológico de concreto no estado de Goiás, e que, por meio de parceria com a EEC, forneceu os equipamentos e o local de experimentos necessários à pesquisa. "Por ser uma etapa de numerosos testes e comparações criteriosos, a fase da pesquisa em laboratório foi a mais longa. Foram feitas avaliações com o material, tanto em estado fresco quanto endurecido, para verificar propriedades como resistência à compressão e tração por flexão", explicou a professora Helena Carasek.

Além de constatar que é possível produzir argamassa de assentamento com fibra de celulose proveniente de embalagens de cimento e cal, o processo mostrou resultados superiores, quando comparado ao convencional. Com a substituição de 10% da areia da argamassa pela fibra de celulose (argamassa que obteve os melhores resultados), a resistência à compressão foi a mesma da argamassa comum, enquanto a tração por flexão revelou um desempenho 17% superior ao da argamassa convencional de obra.

Vantagens ambientais e para o mercado

A viabilidade da argamassa melhorada com fibra de celulose dá-se em âmbito econômico, ambiental e no próprio desempenho da obra, que tem vantagens. A estudante Patrícia de Carvalho explicou que as fibras promovem uma redução da densidade da argamassa, facilitando o serviço na obra. Além disso, a maior coesão da massa resulta em aumento da produtividade e redução de desperdício, graças à sua alta capacidade de deformação. "A adição de fibra na argamassa garantiu uma redução do custo dos materiais de cerca de 27% em relação à argamassa de comparação, porque a fibra aumenta o volume do material produzido sem implicar maior consumo de outros materiais", informou ela.

De acordo com Patrícia de Carvalho, poucas empresas de reciclagem no Brasil recolhem o material oriundo da construção civil. "A maioria das empresas não considera esse aproveitamento economicamente viável. Os sacos são contaminados por resíduos de cimento e cal, o que acaba prejudicando o procedimento de reciclagem, ou mesmo danificando os equipamentos dessas empresas", disse ela. Por falta de opção viável, a maior parte desse material acaba no aterro sanitário.

Além de ser alvo de interesse de um número mínimo de empresas de reciclagem, o que justifica a baixa procura, há ainda problemas com o armazenamento desse tipo de material nas obras. "Empresas de reciclagem costumam exigir uma quantidade mínima de papel que compense o deslocamento para recolher esse material. Normalmente, essa exigência gira em torno de 400 kg, quantidade produzida apenas por construções de grande porte. Obras de pequeno e médio porte estão excluídas desse processo", revelou a estudante.

A argamassa melhorada soluciona o grave impasse da destinação desses resíduos, além de ser mais ecologicamente correta que a reciclagem, uma vez que é produzida na própria obra, sem a necessidade de transporte e, consequentemente, da queima de combustível. "Mesmo que o processo de reciclagem funcionasse bem nas obras, combustível seria gasto no transporte desse material. O grande diferencial do trabalho é que tudo é feito dentro da própria obra, o que requer apenas um pouco de energia elétrica para processar a fibra e misturá-la à argamassa", esclareceu a professora Helena Carasek.

Uso da celulose na construção civil

Patrícia de Carvalho

A tecnologia de reforços de materiais para edificações com diversos tipos de fibras vem desde tempos ancestrais e com múltiplos usos na construção. No Renascimento, por exemplo, as fibras vegetais eram empregadas como reforço do gesso.

No Brasil, o estudo sistemático das fibras de origem vegetal teve início com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Camaçari (Ceped), na Bahia, em 1982. Já nos primeiros anos da década de 1990, foram relacionadas 19 fibras potencialmente úteis para a construção civil. A partir de então, os estudos seguintes concentraram-se em fibras de coco e sisal, pois se mostraram mais adequadas para reforço em materiais cimentícios empregados no setor da construção.

Recentemente novos estudos foram realizados, como o da viabilidade de emprego do resíduo da fabricação de papéis em argamassas, em 2003. Já em 2009, pesquisas analisaram o emprego de fibras celulósicas na produção de solo-cimento, incorporando ao material as embalagens de sacos de cimento, produzidas em papel kraft.

Os estudos acerca da utilização de fibras continuam sendo desenvolvidos no Brasil, pois se trata de materiais de menor custo, com boa aceitação e facilidade de uso. Além disso, contribuem para o reaproveitamento de resíduos da construção e da agroindústria, reduzindo, assim, os impactos ambientais provocados por essas atividades. O trabalho desenvolvido na UFG certamente representa mais um avanço nas pesquisas relacionadas ao uso da celulose na construção civil.

Divulgação

Divulgação

Engenheiro Cláudio Cintra mostra argamassa melhorada com fibras de celulose

Solução perante a nova lei

Foi publicada em 2010, e entrará em vigor em 2014, a Lei n° 12.305, que prevê a extinção de lixões a céu aberto e proíbe a deposição de materiais considerados recicláveis nos aterros sanitários. O projeto de reuso de sacos de cimento e de cal desenvolvido pela EEC antecipa a solução do problema a ser enfrentado pelo setor de construção civil para cumprir essa lei.

Segundo Helena Carasek, a pesquisa prosseguirá, agora com foco no desenvolvimento de um equipamento específico para processar as fibras de celulose. "O recurso financeiro obtido com o Prêmio Odebrecht será usado em uma segunda etapa da pesquisa, que pretende sanar algumas dificuldades na mistura da fibra, bem como estudar a durabilidade das fibras no meio alcalino. Mas trata-se apenas de aperfeiçoar o processo, uma vez que sua viabilidade já foi comprovada, obtendo total sucesso nas obras em que foram feitos testes", afirmou a professora.

Criada a empresa que vai administrar os hospitais universitários

Michele Martins, Patrícia Veiga e **Silvânia Lima**

Depois de quase um ano de embates entre governo e trabalhadores do serviço público federal, a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), responsável por administrar os hospitais universitários e prestar outros serviços na área da saúde para a população brasileira, é um fato. A medida foi autorizada no dia 15 de dezembro de 2011, com a promulgação da Lei n° 12.550. Em 2011, quando ainda tramitava no Congresso como proposta, a Ebserh foi um dos motivos da longa greve deflagrada pelos servidores técnico-administrativos das universidades federais. O Conselho Nacional de Saúde também se manifestou contra a criação da Ebserh. Ainda assim, parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado que votaram a favor do projeto argumentaram que esta poderia ser a "solução" para problemas (tanto de pessoal como de serviços) enfrentados atualmente pela gestão dos hospitais universitários.

O surgimento dessa empresa pública de direito privado deu-se com a edição da Medida Provisória n° 520/2010, que chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados, mas não chegou a ser apreciada pelo Senado, porque o prazo legal para votação expirou antes.
Em setembro de 2011, a criação da Ebserh, já na forma de projeto de lei, voltou a tramitar no Congresso Nacional. Temerosos de que a proposta representasse uma primeira tentativa de privatização da saúde pública, militantes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) ocuparam, por três vezes, a Câmara dos Deputados, para pressionar os parlamentares a votar contra o projeto de lei.

Para que a Ebserh possa administrar o Hospital das Clínicas (HC), a medida precisa ser aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni) da UFG, que, contudo, ainda não definiu data para debater o assunto. Os servidores e até os próprios dirigentes da universidade aguardam mais detalhes sobre a concepção da empresa para decidir se esta será a melhor opção para o HC.

Para debater assunto tão polêmico, o **Jornal UFG**, em parceria com a Rádio Universitária, convidou o diretor do Hospital das Clínicas, professor José Garcia, o secretário de Saúde do município de Goiânia e professor da UFG, Elias Rassi Neto, e a assistente social e servidora do HC Célia Regina Marcelino da Silva, para compor a mesa-redonda.

Afinal, a Ebserh representa o primeiro passo para a privatização da saúde no Brasil?

Elias Rassi: No meu entendimento, não. É uma empresa pública, de natureza pública. Não quero fazer sua defesa em todos os pontos, mas vejo-a exatamente como uma busca de solução para as dificuldades enfrentadas pelos hospitais universitários nos últimos anos, como a complementação do quadro de pessoal, a concessão de estabilidade aos trabalhadores, novos padrões gerenciais e assim por diante. Eu vejo como extremamente positivo esse início de debate provocado por essa nova legislação, embora existam pontos a serem garantidos. O que espero é que a autonomia universitária consiga forçar um grau de autonomia cada vez maior para os hospitais universitários.

José Garcia: Em princípio, de maneira simplista, a resposta seria não. A Ebserh, em nenhum momento, significa a privatização da saúde pública, mesmo porque não era projeto do governo Lula, tampouco o é do governo Dilma, privatizar essa área tão básica e tão importante para a população brasileira que, por lei, constitui obrigação do Estado. O que nós não podemos afirmar com certeza é se a Ebserh seria a solução para os complexos problemas enfrentados pelos hospitais universitários. Talvez não seja a simples criação de uma empresa que vá resolvê-los. Desde o início do trâmite desse projeto no Congresso Nacional, em nenhum momento discutiu-se realmente se a medida teria por objetivo separar os hospitais universitários, ou a saúde, transformando o seu gerenciamento, no sentido da privatização. Tenho certeza de que não é a busca de privatização da saúde. A Ebserh não tem qualquer semelhança com as empresas privadas que hoje detêm a gestão de alguns hospitais no Brasil, como as organizações sociais ou mesmo as organizações da sociedade civil de interesse público, as chamadas Oscips.

Célia Regina: Como servidora do Hospital das Clínicas, tenho dúvidas se essa lei será ou não o início da privatização, uma vez que a Ebserh é uma empresa pública de direito privado. A lei modifica a forma de contratação de novos servidores, cujos direitos e deveres serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não mais pelo Estatuto do Servidor Público Federal. Além disso, o hospital terá de cumprir metas. Então, eu fico em dúvida se isso realmente não é o início de um processo de privatização.

Recentemente, a mídia publicou denúncias de corrupção em processos de licitação no hospital da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Secretário, em sua opinião, por que isso está acontecendo? E como essa prática pode ser combatida?

Elias Rassi: Uma das maneiras de combater a corrupção, particularmente na área da saúde, é a transparência, a divulgação: reportagens investigativas, denúncias públicas e, obviamente, o fim da impunidade. Ou seja, ações rápidas e punições para os que corrompem, e para os corrompidos também, de maneira ágil. Essa matéria, que foi veiculada no programa Fantástico, causa asco, enoja a sociedade, pelo modo como os recursos públicos são desviados. Eu acho que esta é uma das maneiras. Uma justiça célere, investigações bem realizadas, o fim da impunidade e a absoluta transparência nas compras públicas podem ser formas eficazes de combate à corrupção. Além de alguns ajustes na legislação que permitam maior agilidade, já que processos licitatórios que demoram seis meses, um ano, um ano e meio, criam um ambiente favorável à corrupção. Nós precisamos de maior agilidade e muito mais transparência.

Elias Rassi

Professor José Garcia, como diretor de um hospital universitário, o senhor acredita que a criação da Ebserh possa contribuir para a diminuição do problema da corrupção?

José Garcia: Não, algumas atitudes precisam ser tomadas. Aliás, gostaria de ressaltar que reportagens como essa têm um lado positivo, mas têm também um lado problemático, que é a generalização: pode-se imaginar que todos os hospitais universitários ou todos os hospitais públicos têm a mesma atitude ou são do mesmo jeito. No meu entender, seria mais prudente que a polícia fosse acionada e a própria polícia federal fizesse as gravações e depois liberasse para a imprensa. A polícia poderia ter feito aquele trabalho e já ter tomado as medidas cabíveis, repassando para a população os resultados, com prisões, processos abertos etc. Bem, o que governo federal tem procurado fazer são licitações centralizadas, para controlar o número de pessoas envolvidas, especialmente quando se trata de materiais de alta complexidade e elevado valor que requerem quantias vultosas para sua aquisição. Por exemplo, existem quimioterápicos cuja dose custa algo em torno de R$ 6 mil e certos pacientes precisam de dez a quinze doses por mês. A centralização ajuda no controle e fiscalização. Mas é preciso registrar que casos de corrupção como aquele não acontecem somente em hospitais ou em empresas públicas, mas também em empresas privadas. É um fato, não só da sociedade brasileira, mas geral. Então, o risco de generalizar é por a população contra instituições que fazem trabalhos muito sérios, como os nossos hospitais. Não vou dizer que não erramos, que não temos problemas, mas nos esforçamos para fazer um trabalho sério. Acredito que esse tipo de denúncia ajude, porque a fiscalização aumenta quando há ações assim. Mas elas, obviamente, precisam ser melhor pensadas e realizadas, para trazer à população também a solução do problema, quando esta acontecer.

José Garcia

Célia Regina Marcelino

A Ebserh é uma empresa de natureza pública e direito privado. Qual o significado dessa definição?

Elias Rassi: Esse tipo de empresa estabelece, primeiramente, relações formais com o setor público, obedece a algumas regras do setor público, responde à fiscalização e precisa atender a todos os preceitos legais. Mas uma parte de suas relações ocorre no plano privado. Alguns contratos são feitos como no setor privado. É preciso fazer licitação, ter transparência, porém ela pode, por exemplo, contratar pessoas pelo regime celetista, não precisa ser estatutário, o que oferece vantagens, como a agilidade na realização dos serviços, mas tem desvantagens também.

Célia Regina: Sabemos que os diretores da empresa serão indicados pelos Ministérios da Educação e do Planejamento e que os funcionários serão contratados mediante concurso, conforme a Constituição, mas regidos pela CLT. Essa é a diferença.

José Garcia: Tanto a universidade quanto o Ministério da Educação são autarquias, entidades públicas que gozam de autonomia administrativa, só podem contratar pessoas por meio de concurso público, observando o estabelecido na Lei nº 8.112/90. A Ebserh tem natureza pública, daí a exigência de concurso público para a contratação de pessoal. Mas o direito privado dá a possibilidade de contratação de funcionários pelo regime da CLT. Ela está sujeita à supervisão do Ministério da Educação, que é seu único sócio. Essa foi uma conquista dos sindicatos nacionais, da Fasubra, dos diretores de hospitais e até da Andifes, porque, no início, a proposta é que seria uma empresa de serviços hospitalares SA (sociedade anônima), o que lhe dava o direito de abrir seu leque até para o sistema financeiro. Mas ela continua sendo uma empresa de direito privado. Seu estatuto, que já está pronto, foi feito pela Diretoria das Empresas Estatais Federais Brasileiras, que faz os estatutos da Embrapa, dos Correios e Telégrafos e até da Petrobras. Nós não sabemos se realmente esta seria a única solução. Acreditamos que possam existir outras. Mas o governo tomou como exemplo o Hospital das Clínicas de Porto Alegre, O HCPA, que é uma empresa pública de direito privado, criada em 1972 por uma lei do governo Emílio Garrastazu Médici, e é considerado uma referência de qualidade. Nós temos algumas ressalvas em relação ao seu funcionamento, não à qualidade, mas o MEC achou por bem tomá-lo como exemplo.

Secretário Elias Rassi, o senhor foi diretor executivo da Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas (Fundac). Como é feita a contratação de pessoal pela fundação? Qual a diferença em relação à Ebserh?

Elias Rassi: Durante um ano e poucos meses em que estive no cargo, existia um termo de ajuste de conduta que impedia a ampliação do quadro de contratados. Ou seja, os funcionários eram simplesmente substituídos conforme as necessidades do HC. Contratados mediante processos seletivos realizados pelo HC em parceria com a Fundac, os funcionários eram regidos pela CLT. Havia quatrocentos e poucos funcionários e, durante todo esse período, foi mantido esse quantitativo. Certamente, não é a melhor forma, porém foi a maneira encontrada pelo HC para manter seu funcionamento, há alguns anos. Mas hoje já não consegue responder às necessidades do HC. Acredito que a Ebserh vai melhorar esse quadro. Dessa forma, não é possível não enxergar a Ebserh como um avanço em relação à situação atual.

José Garcia: A Fundac foi criada na década de 1990, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, com a finalidade de auxiliar o ensino e a pesquisa no hospital. No entanto, à época, as contratações por concurso haviam sido suspensas pelo governo federal. A solução encontrada para substituir os funcionários, não somente em Goiás ou na UFG, mas em todo o Brasil, foi contratar pessoal por intermédio das fundações de apoio às instituições federais de ensino. Contudo esses contratos eram, são e continuarão sendo todos irregulares, porque a Lei das Fundações (Lei nº 8.958/94) não permite a contratação de pessoal para atuar em atividades de caráter permanente das IFES. A situação perdura há mais de 20 anos e o Tribunal de Contas da União já chegou a considerar os contratos ilegais. Necessitava-se de uma solução. Hoje há um contingente perto de 30 mil funcionários contratados por intermédio das fundações de apoio aos hospitais e o último termo de ajuste de conduta com o Tribunal de Contas da União (TCU) não permite que eles sejam mantidos depois de 31 de dezembro de 2011. Nós, os diretores de hospitais e os reitores, fomos informados de que todos esses funcionários deveriam ser demitidos. Porém, o TCU acenou com a condição de prorrogar o termo de ajuste de conduta até a Ebserh estar pronta, permitindo que eles permanecessem no emprego, mas tendo de fazer, posteriormente, um novo concurso.

Permanecem diversas dúvidas acerca da estabilidade dos atuais servidores do HC, uma vez que a Ebserh contratará pelo regime celetista e também por tempo determinado. Como ficará a estabilidade de quem é hoje servidor do HC? Continuará vinculado à universidade? Terá seus direitos assegurados?

José Garcia: Na última reunião do Fórum dos Diretores de Hospitais Universitários, em janeiro deste ano, dúvidas dessa natureza foram debatidas pela Coordenação Geral dos Hospitais Universitários, ligada à Secretaria de Ensino Superior (Sesu). E a resposta foi um tanto óbvia: que os direitos adquiridos serão respeitados integralmente. Ora, direito adquirido não é só uma lei brasileira, é uma das garantias da democracia. Nenhuma lei poderia vir para prejudicá-la. Falaram também sobre a opção do servidor de migrar do Regime Jurídico Único para a CLT e, caso não fique satisfeito, voltar à situação anterior, sem prejuízos. E alegaram que, migrando para o regime CLT, haveria uma provável – uma provável, entenda-se bem – melhoria salarial, em relação ao estatutário.

O Artigo 3º da Lei nº 12.550/2011, que cria a Ebserh diz que "é assegurado à Ebserh o ressarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes de planos privados de assistência à saúde, na forma estabelecida pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar." Quem é contra a criação da Ebserh diz que esta seria uma forma de privilegiar os pacientes de planos de saúde particulares. O senhores podem, por favor, comentar se procede essa preocupação?

Célia Regina: Se realmente a empresa abrir espaço para os convênios particulares, penso que a população carente vai perder, sim. Sou assistente social e nós defendemos que o hospital continue sendo 100% SUS.

Elias Rassi: Fico em dúvida com relação a essa redação, se ela abre espaço para o atendimento à saúde suplementar de maneira formal e contratualizada, ou se ela repete o que já existe hoje na legislação brasileira, que permite o ressarcimento para aqueles atendimentos que sejam realizados na saúde pública. Por exemplo, o HC atende pacientes filiados a planos de saúde e depois o SUS cobra o ressarcimento das operadoras. Mas esse ressarcimento é uma cobrança posterior. É óbvio que essa redação pode permitir dupla interpretação e cabe a nós clarear isso nos regimentos e nas normativas. É importante que não haja privilégio para a saúde suplementar e também que o plano de saúde, que recebe a mensalidade, seja obrigado a custear o atendimento ao filiado.

José Garcia: Entendo assim também. Talvez a solução seja melhorar a redação ou, no regimento, explicar bem o significado do contexto em que está sendo colocado. Nós somos favoráveis a um hospital universitário 100% SUS. Essa é uma discussão a ser feita, até porque a Resolução nº 2.400, que define o que é um hospital universitário, pelo MEC e pelo Ministério da Saúde, estabelece que todo HU, para ser certificado, deverá ser de atendimento exclusivo SUS. Esta é uma regra absoluta, que não deixa dúvidas. Talvez a Ebserh esteja se resguardando, no sentido de que haja uma lei específica para ela receber esse ressarcimento. Talvez o que a lei especifique é que o ressarcimento deverá ser feito diretamente à Ebserh, e não ao SUS.

De onde virão os recursos administrados pela Ebserh?

José Garcia: Não há ainda um recurso definido. Esta é uma das dúvidas que aparecem em nossos encontros. Ele terá de ser previsto no orçamento do Tesouro Nacional, como um aumento de recurso para o MEC, uma vez que a Ebserh é parte desse ministério. Para este ano não há previsão. Os recursos e o orçamento da União são discutidos no ano anterior.

Qual a situação da Ebserh hoje?

José Garcia: A empresa já está com seu estatuto pronto e publicado no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2011. O regimento está sendo revisto. Era para estar pronto em fevereiro, mas não ficou, talvez em razão das mudanças na composição do próprio ministério, com a troca de ministro. O início das atividades da empresa está previsto para o segundo semestre deste ano.

Por que o assunto está sendo tão pouco debatido, não só na UFG, mas também pela mídia?

Célia: Penso que o motivo seja a falta de uma definição clara acerca do modo como a empresa será implantada.

E como o assunto tem sido discutido no HC?

Célia: Há muito receio dos funcionários, principalmente dos contratados pela Fundac. Os estatutários também têm muitas dúvidas, sobretudo se será mantida a estabilidade.

José Garcia: Nós, servidores concursados, temos estabilidade garantida nos termos da lei.

A UFG contratará a Ebserh para gerenciar o HC, caso o Conselho Universitário (Consuni) assim aprove essa proposta?

José Garcia: Exatamente. Esta é uma das garantias, assegurada no estatuto da Ebserh: ela não será instalada, fará um convênio com o HC e com a universidade, respeitando o princípio da autonomia universitária. O Consuni discute todos os convênios que a universidade faz. Portanto, tem de haver a aprovação do Consuni.

Para saber mais, consulte:

- Projeto de Lei n. 1.749/2011, que propõe a criação da Ebserh.
- Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011, que cria a Ebserh e normatiza seu funcionamento.
- Decreto n. 7.661, de 28 de dezembro de 2011, que cria o estatuto da Ebserh.
- Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que cria as fundações de apoio às IFES.

Agro Centro-Oeste agora é Familiar

Em 2012, tradicional feira retorna à agenda da UFG, destacando a importância da agricultura familiar para a soberania alimentar do país e para a geração de emprego e renda no campo

Patrícia da Veiga

A Agro Centro-Oeste, tradicional feira de agricultura da região, está de volta em 2012, com o adjetivo "Familiar" acrescido a seu nome. O objetivo dessa categorização é por em destaque a importância da agricultura familiar para a soberania alimentar brasileira e, sobretudo, para a geração de emprego e renda em Goiás.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que há 88,4 mil estabelecimentos rurais familiares no estado, ocupando cerca de 3,3 mil hectares. Cerca de 14,7 mil desses estabelecimentos encontram-se em assentamentos da reforma agrária e 73,6 mil são representados por agricultores tradicionais. Apesar de historicamente o estado reconhecer-se com vocação para o agronegócio, a economia goiana depende, em grande medida, da agricultura familiar, que produz, por ano, 46 mil toneladas de mandioca, 51 mil toneladas de arroz, 886 mil litros de leite, entre outros alimentos.

Conforme o censo agropecuário de 2009, o último publicado pelo IBGE, a renda anual gerada por esse grupo é de R$ 1 bilhão, obtido com a criação de animais de grande porte (bovinos), o cultivo de grãos e a horticultura. Os dados também indicam que as chances de emprego são altas: 213 mil pessoas, sendo 139 mil homens e 74 mulheres, trabalham em pequenas propriedades.

Apesar de todo esse potencial, a agricultura familiar enfrenta problemas em sua rotina produtiva que merecem ser discutidos de forma ampla. Em outubro de 2011, um encontro preliminar entre integrantes da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA) da UFG e representantes de 17 cooperativas de agricultores familiares apontou como temas urgentes a serem tratados publicamente a dificuldade de diversificação da produção, a necessidade de adequação da legislação sanitária para a comercialização de produtos beneficiados e a carência de assistência técnica regular.

Uma equipe multidisciplinar passou, então, a preocupar-se com o envolvimento de atores sociais dos mais diversos segmentos no processo de organização da Agro Centro-Oeste Familiar. Foram convidados a colaborar com o evento, além das 17 cooperativas, professores, estudantes, técnicos agrícolas, representantes de movimentos sociais e entidades que contribuem com o desenvolvimento da agricultura em Goiás.

Acompanhe! www.agro.ufg.br/agrocentro
Twitter: @agrofamiliar
Facebook: Agro Centro-Oeste Familiar

Programação – O evento será realizado entre os dias 13 e 16 de junho, no Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáiçal, Câmpus Samambaia. Estima-se que 12 mil pessoas visitem a feira, no decorrer dos quatro dias. A programação será composta por feira de produtos artesanais e alimentícios, seminários, debates, apresentação de projetos de pesquisa, exposição de insumos agrícolas de baixo custo, além de cursos e apresentações culturais. Haverá ainda inclusão de atividades voltadas para o público urbano, especialmente a população que reside nas proximidades da UFG.

As caravanas de agricultores virão de várias partes do estado. Os estandes e as bancas da feira livre estarão repletos de produtos beneficiados, embalados ou mesmo *in natura*, vindos diretamente das cooperativas do interior de Goiás. Vale destacar o açafrão de Mara Rosa, o doce de pimenta de Nazário, o artesanato da cidade de Goiás, a rapadurinha de Araguapaz, as polpas de frutas de Itapuranga, o iogurte de Silvânia, entre outros produtos.

Novidade na Agro Centro-Oeste Familiar será a valorização de debates e seminários, considerados importantes para problematizar a rotina produtiva do pequeno produtor, bem como sua relação com a assistência técnica. Para tanto, têm sido organizados encontros preparatórios, a fim de que a EA e seu público definam as questões de seu interesse. Os cursos de capacitação e aperfeiçoamento também constam da agenda da feira, porém, atendendo ao pedido dos próprios agricultores, receberão menor enfoque do que nas edições anteriores.

Divulgação Cooperafi

A feira livre, a exemplo da que é organizada pelos agricultores de Itapuranga, será uma das atrações da Agro Centro-Oeste Familiar

Trajetória – A Agro Centro-Oeste é promovida desde o ano 2000 pela EA e instituições parceiras. Inicialmente registrado como um projeto de extensão, o evento tornou-se uma oportunidade para a difusão de conhecimentos técnico-científicos e para a apresentação de empreendimentos tecnológicos, visando ao aperfeiçoamento da "agricultura moderna" em Goiás. Na ocasião, também foi objetivo da feira a tentativa de inserção do agricultor familiar na estrutura do agronegócio.

A partir de 2005, os organizadores do evento dirigiram sua atenção para a agricultura familiar, estabelecendo como prioridade a formação, a orientação técnica e a tentativa de impulsionar a produção organizada entre os pequenos produtores. A Agro Centro-Oeste seguiu anualmente até 2008. Em 2012, o evento será retomado com uma adjetivação que reforça tanto o êxito da feira em suas edições anteriores quanto o compromisso da UFG com um grupo que é amplo, tem potencial produtivo, mas que necessita de espaços de afirmação e diálogo.

Parceria – Apoiam e são parceiras do evento as seguintes instituições: Instituto Federal Goiano (IF Goiano); Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater); Prefeitura de Goiânia; Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (Cooperafi); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da UFG (Cecane); Coletivo Magnífica Mundi, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG; Grupo de Ensino, Pesquisa e Assistência à Agricultura Familiar (Gepaaf) da Escola de Agronomia da UFG.

Foto: Carlos Siqueira

Na exposição de beneficiados, o mel é um dos produtos que poderá ser apreciado pelos visitantes

Veja mais informações em www.jornalufgonline.ufg.br

Curso de Administração do Câmpus Catalão é destaque

Fábio Gaio

O curso de Administração do Câmpus Catalão (CAC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), criado em 2006, recebeu em 2011 a comissão do Ministério da Educação (MEC/INEP) designada para avaliar suas condições de funcionamento, considerando o perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica. O curso recebeu o conceito 4, sendo o primeiro do estado avaliado com essa nota. Posteriormente, no mesmo ano, o curso de Goiânia, criado em 2006, obteve nota idêntica na avaliação.

O coordenador do curso de Administração do CAC, Maxwell Ferreira de Oliveira, explicou que a avaliação leva em conta o percentual de mestres e doutores e a produção acadêmica do corpo docente. Atualmente, dos 10 professores do Departamento de Administração, sete estão cursando doutorado. Quanto às instalações físicas, os avaliadores inspecionaram laboratórios, condições de trabalho dos professores e acervo bibliográfico disponível. Recentemente, foram gastos R$ 7 mil na aquisição de publicações para a biblioteca do curso. Outro quesito avaliado foi a organização didático-pedagógica do curso, ou seja, a quantidade de horas-aula, atividades complementares e estágios.

Divulgação CAC

Estudantes de Administração do CAC visitam a fábrica da Fiat, em Betim, Minas Gerais

Para a aluna Nayara Ataídes, do quinto período, o curso de Administração do CAC tem nível de excelência, já que oferece bom ensino, com professores qualificados e um bom acervo bibliográfico. "Ele foi comparado com o curso de Administração da Universidade Federal de Uberlândia, sendo que o curso de lá tem aproximadamente 50 anos", comparou. Outro ponto forte destacado pela aluna foi o funcionamento predominantemente noturno do curso, com aulas que começam às 17h30, o que favorece quem trabalha o dia inteiro. Já a estudante Dayane de Morais, também do quinto período, avaliou que o melhor do curso são os professores. "São muito competentes e nos auxiliam sempre que precisamos", concluiu.

Especialização – O CAC, por meio do seu Departamento de Administração, oferece ainda quatro cursos de pós-graduação *lato sensu*: Gestão Hospitalar e de Serviços de Saúde; Gestão de Pessoas e Marketing; Gestão Financeira e Controladoria e Administração de Micro e Pequenas Empresas. O coordenador informou que será conhecido em breve o resultado da avaliação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do projeto de implantação, no CAC, de um mestrado profissional multidisciplinar em Administração, com duas linhas de pesquisa, uma na área de produção das empresas, com ênfase na parte operacional e de processos, e outra com foco organizacional e comportamental. A expectativa é que o projeto seja aprovado e a seleção ocorra ainda em 2012.

Nova diretoria para o sindicato dos técnicos-administrativos da UFG

A servidora Fátima Reis será novamente a coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior (Sint-IfesGO). De acordo com o resultado da apuração dos votos, realizada no dia 29 de março, na sede social da entidade, a chapa 1 (Unidade pra Lutar) venceu a eleição com 54% dos votos válidos, ou seja, 827 votos; a chapa 2 (Mude!) obteve 623 votos. Houve 65 votos nulos e 13 em branco. A posse da nova diretoria será em maio.

A comissão eleitoral foi presidida pelo aposentado Tertuliano Francisco de Lima Silva Neto. Entre as prioridades da gestão 2012-2014 do Sint-Ifes GO, segundo a candidata eleita, estão, em primeiro lugar, o planejamento estratégico da gestão, com especial destaque para a comunicação. Concomitantemente, dar encaminhamento às lutas já iniciadas pela categoria, sendo a mais urgente buscar garantir aumento salarial em 2013.

"A universidade cresceu muito e esse aumento da demanda está acarretando problemas, principalmente para os servidores, cujo quadro é insuficiente", ressalta Fátima Reis. Cita, ainda, entre as prioridades da futura gestão a luta interna dos servidores técnico-administrativos pelo turno contínuo, com a redução da carga horária para 30 horas – "Para que a universidade fique aberta ao público o dia todo e com isso o servidor tenha uma redução da carga horária que lhe possibilite mais tempo, por exemplo, para a qualificação". A revisão das taxas de insalubridade, a fim de corrigir distorções e garantir isonomia de tratamento aos novos técnicos-administrativos e a melhoria das condições de trabalho, para que haja mais qualidade de vida, estão também no programa da nova gestão.

Natural de São Miguel do Araguaia, Fátima Reis conta que veio ainda criança para Goiânia, tendo ingressado na UFG como servidora aos 18 anos, na década de 1980. O trabalho permitiu que ela terminasse o segundo grau, concluísse a graduação em Serviço Social e cursasse mestrado, na mesma área, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Fátima Reis ressalta a importância da ida às urnas por expressiva parcela dos servidores filiados ao sindicato. "Esse comparecimento mostra que a categoria está mobilizada e que participa". Os maiores índices de abstenção foram verificados entre os aposentados e os servidores do Hospital das Clínicas, que trabalham em regime de plantão com alternância de dias. Para a futura coordenadora, a disputa eleitoral é salutar, incentiva, motiva e previne o comodismo.

Tiago Gebrim

Célia da Silva, Fatima Reis e Laura Lago, novos membros da diretoria executiva da próxima gestão do Sint-IfesGO

Reitor cria comissão das 30 horas

Em 8 de março, foi expedida pelo reitor, Edward Madureira Brasil, a portaria nº 793, que criou a Comissão de Estudos sobre a Viabilidade de Implementação da Jornada Contínua de Trabalho no âmbito da Universidade Federal de Goiás. Integram a comissão os seguintes membros: prof. Eriberto Francisco Bevilaqua Marin (vice-reitor – presidente), prof. Jeblin Antônio Abraão (Prodirh), Luiz Carlos Ribeiro Bransão (DDRH), prof. Reinaldo Gonçalves Nogueira (EEEC), prof. Geci José Pereira da Silva (IME), bem como os representantes do Sint-IfesGO: João Pires Júnior, João Alcione Cardoso Santos, Êlson Ferreira de Moraes, Fernando César Silva da Mota e Kelle Cristina Nogueira.

Vivências comunitárias
como referência para a universidade

A proposta do Movimento por uma Universidade Popular é aglutinar as iniciativas populares existentes na universidade e debater formas de integrar os interesses da comunidade às ações acadêmicas

Tiago Gebrim

Uma iniciativa com a intenção de repensar práticas, metodologias e intenções a fim de aproximar a universidade das camadas populares, valorizando o saber da vivência, o chamado saber popular, guardado nas práticas sociais. Com base nessa premissa, podem ser delineados inicialmente os objetivos do Movimento por uma Universidade Popular (MUP), lançado durante a Calourada Unificada do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFG, no início de março. O movimento propõe uma atitude crítica perante o funcionamento das universidades públicas brasileiras.

Os participantes do movimento tem procurado defini-lo em uma perpectiva que o aproxima da chamada extensão popular. Um dos três pilares da universidade, a extensão teve origem no modelo universitário da Inglaterra, fundamentado no ideal do livre pensar. Havia um impasse: esse modelo liberal era restrito à classe dominante da época. No intuito de encontrar uma solução para a necessidade de transmitir o conhecimento que circulava no ambiente acadêmico às classes populares, concebeu-se a extensão. Contudo, "havia uma intencionalidade por detrás", explicita o professor Wladimir Nunes, assessor de Extensão do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (CCM/ UFPB). "A real intenção dessa prática de extensão foi qualificar os trabalhadores para a revolução industrial inglesa", conclui ele. Posteriormente, esses ideais foram incorporados pelo modelo universitário norte-americano, também com interesses voltados para o mercado de trabalho, o que molda a prática extensionista como prestação de serviço.

No Brasil, as medidas que se consubstanciaram na chamada Reforma Universitária de 1968, bem como as ideias acerca da extensão, foram fortemente influenciadas pelo Movimento de Córdoba, ocorrido na Argentina no início do século XX e que propôs repensar a extensão como forma de conscientizar as classes populares, contrariando seu uso histórico, com finalidades mercadológicas. Todavia, em tempos de governo militar, seria de se imaginar que acabaria havendo um desvio nessas ações. "A Reforma Universitária foi incorporada pelos governos militares, inclusive no que concerne à extensão, reformulada para cooptar toda a 'vontade de fazer' da juventude universitária e colocá-la a favor do regime militar", afirma Wladimir Nunes.

Com base nessa análise, o papel da extensão é visto sempre atrelado a fins nada favoráveis às classes populares, geralmente em um contexto voltado para o mercado de trabalho. No entanto, em contraposição a essa lógica que, de acordo com o professor persiste ainda hoje, vem se fortalecendo o conceito da extensão popular. Nas palavras de Leandro Viana, mestrando em Educação pela UFG e um dos participantes do MUP, pode-se definir extensão popular como aquela que "parte do interesse das camadas populares; percebe metologias diferenciadas, não centradas em wmodelos assistencialistas e, sim, participativo, democrático e horizontal; entende que há, no senso comum, uma relação de bom senso e de saber prático da vida e que essa relação de conhecimento vivido, experienciado, pode oxigenar a produção de novos conhecimentos".

Ainda sobre as linhas que vão demarcando a abrangência da extensão popular, Leandro Viana chama a atenção para a concepção de sociedade: "Na perspectiva da extensão popular, pensar a sociedade significa pensá-la em sua diversidade, mas também compreendendo a relação de classes, as relações desiguais que a constituem".

Mário Braz

Professor Wladimir Nunes da UFRJ veio à UFG falar sobre a relação entre a extensão e o movimento universidade popular

Grupos de trabalho e projetos

Compreendidos os preceitos que norteiam a prática da extensão popular, torna-se mais claro o que vem a ser o MUP. Falar de universidade popular é tratar de conceitos semelhantes aos da extensão de mesmo cunho, mas com perspectivas ampliadas. "A ideia é pensar a universidade a partir não mais dos valores da sociedade produtora de mercadoria, mas do ser humano e de suas potencialidades. É, ao mesmo tempo, empreender a produção de conhecimento para o ser humano e, no contexto da divisão de classes, para as classes populares. Enfim, pensar uma universidade aberta às classes populares e também a quem propõe a transformação da sociedade", explica Leandro Viana.

Em âmbito nacional, os ideais de universidade popular expressam-se por várias iniciativas isoladas, como a Federação de Estudantes de Agronomia (Feagro), que tem realizado estágios de vivência com o Movimento Sem Terra e outros semelhantes, na intenção de apreender os valores dessas comunidades, ao mesmo tempo em que contribui na formação crítica das lideranças desses movimentos. Igualmente, a Associação Nacional de Extensão Popular em Saúde (Aneps) tem discutido a relação entre saúde e universidade popular. Essas ações dispersas foram unificadas no primeiro Seminário Nacional de Universidade Popular, realizado em setembro de 2011, em Porto Alegre.

Na UFG as ações para constituição do MUP iniciaram-se após o seminário nacional. Um grupo composto por vários centros acadêmicos, pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Regional Planalto, por projetos de extensão popular como o Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar, o Núcleo de Assistência Jurídica Universitária Popular e o curso pré-vestibular Comunidade Faz Arte, entre outros, organizou o primeiro Seminário Estadual de Universidade Popular, ainda em 2011. Nessa ação conjunta fundamentou-se o movimento na universidade. Contudo, de acordo com Leandro Viana, muito ainda precisa ser acertado. Não há certeza, por exemplo, de quais desses projetos irão efetivar-se no MUP. O próximo passo é constituir e formalizar grupos de trabalho para discutir as ações de extensão popular em prática na UFG e propor novos projetos. Espera-se que esse passo já esteja concluído quando o MUP participar do segundo Seminário Nacional de Universidade Popular, programado para junho, na Paraíba.

Segundo os integrantes do MUP, a extensão popular precede o movimento de universidade popular e é um de seus constituintes. Mas é preciso avançar. "Quando a Comissão Pastoral da Terra reivindica um curso de formação para assentados da reforma agrária, entende-se isso como iniciativa válida. Porém, o MUP almeja que essas iniciativas deixem de ser tímidas e pontuais", defende Leandro Viana. E prossegue: "As ações afirmativas têm de ser ampliadas, bem como a relação da universidade com os problemas existentes na sociedade", declara o estudante.

No mês de março, as ações de assuntos internacionais foram marcadas por visitas de professores de Portugal, dos Estados Unidos e do Uruguai. Além da troca de experiências, o objetivo é estreitar laços entre pesquisadores e instituições

Biologia recebe proposta de co-tutela

Em meados de março a Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) recebeu os professores Amadeu Soares e Susana Loureiro, do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro (UA), de Portugal. Os professores vieram à UFG com o objetivo de estreitar laços entre as duas instituições, mediante projetos de intercâmbio para estudantes e professores de graduação e pós-graduação. Também participaram da reunião os professores Fausto Miziara, da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Leandro Oliveira e Marcus Vinícius Cianciaruso, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Durante a reunião, os professores de ambas as universidades discutiram propostas de convênios que proporcionem uma aproximação entre os países, como a modalidade de convênio de co-tutela, no qual o intercambista cursa disciplinas, é orientado por professores das universidades conveniadas e recebe o título das duas universidades. Participarão desse projeto os programas de Ecologia e Ciências Ambientais. A UA já tem convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o que facilita a aprovação de projetos da universidade. Após a reunião na CAI, os professores da universidade portuguesa visitaram os laboratórios do ICB, no Câmpus Samambaia.

Carlos Siqueira

Professores Amadeu Soares, Ofir Bergemman, Susana Loureiro, Leandro Oliveira e reitor Edward Brasil reuniram-se na CAI

Professores da Universidade de Wyoming visitam a UFG

Música – A Escola de Música e Artes Cênicas (Emac) recebeu a visita da professora Theresa Bogard, diretora do Departamento de Música da Universidade de Wyoming, nos Estados Unidos. O momento da visita foi oportuno, uma vez que a professora veio à cidade para participar de um concerto da Orquestra Sinfônica de Goiânia no Teatro Sesi. Durante a reunião, professores da Emac propuseram uma parceria que torne viável a participação de estudantes de ambas as universidades em eventos musicais, como o Festival Nacional de Música, realizado anualmente pela UFG. Logo após a reunião, a professora visitou o Laboratório de Pesquisa Sonora, em reforma, o Laboratório de Piano em Grupo, algumas salas de aula e conversou com estudantes da Emac. Vários professores acompanharam a visita de Theresa Bogard, mantendo uma conversa descontraída sobre a Escola.

Informática – Oriundo do departamento de Ciências da Computação da Universidade de Wyoming, o professor Jeffrey Van Baalen, especialista em Inteligência Artificial esteve em visita ao Instituto de Informática (IF) da UFG. Recebido pelo colega professor Cedrick Luiz de Carvalho, também especialista em Inteligência Artificial, Jaffrey Van Baalen conheceu os projetos elaborados na área e demonstrou interesse em firmar futuros acordos de parceria acadêmica.

Identidade Plurilíngue traz professora uruguaia à UFG

O minicurso de espanhol *Norma linguística del español y prescripción idiomática en Uruguay: perspectiva diacrónica*, promovido pela Faculdade de Letras, trouxe à UFG a professora Mariela Oroño, da Faculdade de Humanidades e Ciencias da Educação da Universidade da Republica (Udelar), do Uruguai. Segundo a professora da Faculdade de Letras, Elena Ortiz Preuss, o objetivo do minicurso foi determinar o que é norma e o que é uso linguístico, abordando também as variedades do espanhol e o uso da fala coloquial. O encontro da visitante com os estudantes de Letras durou dois dias, com o apoio do programa de intercâmbio Identidade Plurilíngue. Além de sua participação no minicurso, Mariela Oroño ministrou palestra intitulada *Panhispanismo y pluricentrismo em las obras acadêmicas de la RAE.*

Tecnologia lusitana de tratamento de esgoto é apresentada na EEC

Recentemente, o Programa de Pós-graduação em Engenharia do Meio Ambiente da Escola de Engenharia Civil (EEC/ UFG) trouxe o professor lusitano António João de Albuquerque para ministrar a palestra "Materiais alterados artificialmente para aplicações em processos de tratamento". Doutor em Engenharia Civil e mestre em Engenharia do Ambiente, António de Albuquerque é docente do Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade da Beira Interior, na cidade de Covilhã, Portugal. O professor iniciou sua fala com uma breve exposição sobre a história e o contexto da sua universidade, bem como de outras universidades interioranas de seu país. Situou geograficamente essas universidade e tratou de seus processos de criação, em meados da década de 1970. Acerca do tema principal, António de Albuquerque compartilhou informações sobre os avanços nos métodos de tratamento de resíduos sólidos e líquidos em Portugal, ressaltando o uso de elementos reciclados para os sistemas de tratamento por filtragem. O pesquisador deu ênfase ao sistema em que se empregam os chamados leitos de macrófitas para realizar a filtragem abaixo de uma camada de água, evitando o mau cheiro característico das estações de tratamento. Além dessa vantagem, destacou que o sistema prescinde de grandes espaços para sua instalação. Depois de mostrar, a título de exemplo, quatro experiências de pesquisas realizadas em sua universidade, António João respondeu a perguntas de estudantes e professores presentes.

Tiago Gebrim

Professor António João de Albuquerque falou para a comunidade de engenharia

COMUNIDADE PERGUNTA

Como a UFG pode ajudar os estudantes que não têm recursos para adquirir o material necessário ao seu curso?

Jhony Robson dos Santos, estudante do 1º período de Artes Plásticas (bacharelado)

Ernando Filizzola, pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom)

A Pró-reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom) tem identificado demandas por material, instrumental e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas em diversos cursos de graduação. Já atendemos o curso de Odontologia, com a aquisição de instrumental odontológico e empréstimo aos estudantes e o curso de Artes Visuais, também disponibilizando o material utilizado.

A direção da unidade acadêmica ou a coordenação de curso, com a participação dos estudantes, poderá solicitar à Procom o material necessário ao desenvolvimento de atividades didáticas e pedagógicas. As solicitações serão analisadas e, quando deferidas, encaminhadas ao Departamento de Material e Patrimônio (DMP).

Vale ressaltar que as ações de apoio pedagógico que constam do Decreto nº 7.234 do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) são destinadas aos estudantes comprovadamente de baixa renda (oriundos de escolas públicas ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio), usuários de programas de assistência da Procom. Outro grupo beneficiado contitui-se de estudantes com deficiência. Vinculado à Pró-reitoria de Graduação, o Núcleo de Acessibilidade promove o acompanhamento acadêmico desses estudantes, viabilizando a aquisição de equipamentos, mobiliário, materiais didáticos específicos e recursos tecnológicos para que os estudantes possam usufruir das diversas situações pedagógicas, comunicacionais e formativas.

Mais informações poderão ser obtidas na Procom, pelos telefones 3209-6240 ou 3209-6241, ou no Núcleo de Acessibilidade, pelo telefone 3521-1701.

Bastard! exalta a arte por meio da dança e bonecos

Espetáculo de artista goiano, radicado na Holanda, traz inovações para o teatro e encanta público de todas as idades

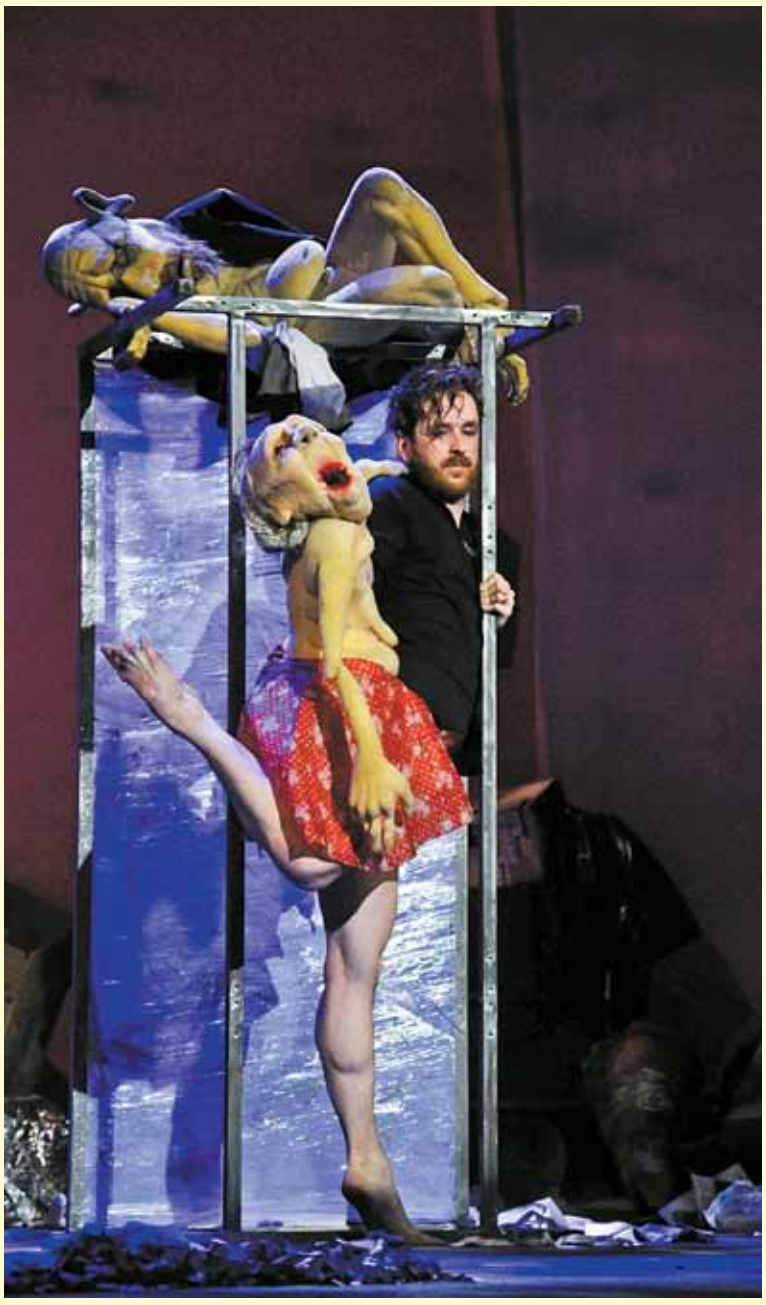
Marcela Borges

Em um cenário soturno, composto de toda sorte de lixo amontoado, um enorme saco inflado desliza pelo palco, como se fosse arrastado pelo vento. De dentro dele salta um jovem embriagado. Emerso em uma insólita fantasia, ele dá vida a um cavalo que, aclopado à extremidade de sua perna direita, canta e dança. Segurando uma garrafa de champagne, meio cambaleante, ele começa a experimentar certo estranhamento, olhando com perplexidade o mundo a sua volta, sem reconhecer o lugar em que se encontra. Ao perceber ruídos vindos de um monturo, vasculha-o e se depara com a personagem encarnada pelo primeiro boneco a entrar em cena, Clementina, a quem se apresenta efusivamente, como artista. Foi assim que Bastard! conquistou a plateia do Teatro Sesi, na segunda-feira, 29/03, no pré-lançamento da segunda edição do Banquete de Livros, realizado pela Editora UFG, com o apoio do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg).

Ao transcender as concepções cênicas, Bastard! surpreende e emociona. Fundindo diversas linguagens (teatro, dança contemporânea, música, bonecos e projeção de imagens), o espetáculo intercala interpretação e dança, insere projeções audiovisuais, que interagem com os cenários e os personagens e acentuam a atmosfera psicológica, mas sobretudo põe em cena a espantosa expressividade dos bonecos, habilmente manipulados pelo seu criador.

Após o espetáculo, Duda Paiva conversou com o público

Fotos: Carlos Siqueira



Essa é uma técnica que Duda conheceu por meio de um grupo de teatro israelita que trabalha com bonecos em tamanho natural em que o manipulador compõe o boneco com partes do seu próprio corpo, assim, dando-lhe vida

O artista – Esse formato do espetáculo está diretamente relacionado à trajetória de vida do criador e intérprete da peça, Duda Paiva. Nascido em Goiânia, o artista iniciou-se no mundo das artes pelo teatro e a dança, chegando a integrar o grupo Quasar Cia. de Dança. Mas foi depois de se mudar para a Holanda que teve contato com o teatro de bonecos e apaixonou-se pela técnica. Há cinco anos, fundou a DudaPaiva Company, a companhia considerada inovadora pelo modo como utiliza em suas montagens o teatro de bonecos e que já recebeu diversos prêmios, incluindo o de Grupo Revelação da Holanda, em 2011, pelo espetáculo Bastard!

Espetáculo – Em uma leitura superficial, *Bastard!* é a história de um artista perdido, que pede a ajuda dos bonecos Clementina e Bastard para encontrar a saída. No entanto, sob a aparência degradante do ambiente a história bizarra de *Bastard!* remete ao autoconhecimento, ao reencontro com o instinto e a serenidade, que são perdidos com o passar do tempo.

Segundo Duda Paiva, a concepção do espetáculo carrega ainda uma crítica ao governo holandês, por causa do corte de 70% do financiamento cultural do país. "É por isso que eu decidi fazer *Bastard!* no lixo, que é onde os artistas da Holanda se encontram hoje. Humilhados e no lixo. Mas por dentro não é assim que nos sentimos", explicou. E o artista expressa essa resistência nas coreografias, que revelam a leveza e a graciosidade dos movimentos de um exímio bailarino.

Além do domínio do corpo, Duda Paiva impressionou o público, tanto pela criação quanto pela manipulação de bonecos, esculpidos, conforme explicou o artista, em blocos de espuma de borracha ultraleve e flexível. Só esse material pode dar, para o dançarino e o boneco, a flexibilidade e leveza necessárias para movimentos tão finos e sutis. "Verdadeiras esculturas vivas", como se refere o artista a suas criações. Em alguns momentos o espectador chegava a questionar se aqueles corpos inânimes não estariam vivos, tal a força expressiva dos bonecos. Duda vale-se apenas da sua criatividade e de uma tesoura para dar forma a seus companheiros de palco. Cada boneco consome, em média, dois meses de trabalho.

Outro aspecto inovador de *Bastard!* é fazer um teatro de bonecos voltado para o público adulto. Está no senso comum associar essa arte ao público infantil. É uma das intenções da DudaPaiva Company quebrar esse tabu. "Apesar de ser um espetáculo para o público adulto, os jovens parecem também bem interessados", surpreendeu-se o artista ao ver a quantidade de crianças encantada com o espetáculo.

Bastard! é uma adaptação livre do romance *L'Arrache-couer*, do escritor e cancionista francês Boris Vian. O espetáculo levou seis meses para ficar pronto, sendo dois meses só de ensaio. Tanto tempo de preparação resultou na apresentação de um espetáculo impecável de Duda Paiva a que se assistiu - a primeira em palco goiano, depois de 17 anos.

Banquete de Livros

O Banquete de Livros é um evento realizado pela Editora UFG com o objetivo de celebrar o livro, estabelecendo interfaces com o teatro, o cinema, as artes plásticas, o design, a literatura e a poesia, e de promover um diálogo entre a universidade e a comunidade, por meio de sua programação. "A Universidade Federal de Goiás têm desenvolvido um trabalho cultural ímpar e eu tenho a honra de representá-la, podendo proporcionar, a partir da universidade, a oportunidade de assistir a esse trabalho tão formidável", ressaltou a professora Maria das Graças Monteiro Castro, diretora da Editora UFG. Bastard! é o aperitivo do 2º Banquete de Livros, que será realizado entre os dias 26 e 29 de abril, no Centro Cultural UFG.